



## A (DES)IGUALDADE ENTRE MULHERES E OS IMPASSES DA FORMAÇÃO FEMINISTA

TÂNIA MARA CRUZ<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho apresenta um olhar sobre a (des)igualdade entre mulheres vivenciada tanto na esfera produtiva como reprodutiva da divisão sexual do trabalho e a necessidade de reconhecer e visibilizar os resultados limitados que as mulheres trabalhadoras têm obtido no mundo contemporâneo. Reafirma a maternidade e o trabalho doméstico como necessidade e responsabilidade social e que por isso não devem recair sobre um núcleo privado como a família ou menos ainda, apenas a um dos sexos. A partir da visão de que mudanças parciais nas relações de gênero podem acontecer mesmo antes de as mudanças estruturais na sociedade de classes terem se dado e ainda agirem como fatores geradores de mudanças sociais, em um movimento contraditório de superações e recuos, propõe a retomada de uma ação de formação política e cultural feminista tanto nas instituições como movimentos sociais. Ressalta ainda a necessidade de inclusão dos homens neste processo coletivo de formação e transformação rumo ao fim da sociedade de classes.

**Palavras-chave:** Feminismo. Classe. Gênero. Mulheres. Formação.

### 1. INTRODUÇÃO

Apresento aqui um olhar sobre as contraditórias relações de gênero na contemporaneidade, particularmente a brasileira, a partir do foco sobre a (des)igualdade entre mulheres vivenciada nas esferas produtiva e reprodutiva da divisão sexual do trabalho. Nele destaco a necessidade de se construir um olhar integrado sobre estas esferas e da urgência de ações de formação cultural e política, inclusive para os homens, como uma das chaves para se pensar a transformação socio-cultural. A forma narrativa utilizada por mim em alguns momentos visa incorporar minha longa trajetória em espaços educativos não formais.

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia da Educação (USP). Universidade do Sul de Santa Catarina.  
[tania.cruz@unisul.br](mailto:tania.cruz@unisul.br)

Pensar as relações de gênero dentro da produção da cultura no início do século XXI implica para mim um duplo enfoque: conceber cultura como uma ação sobre o mundo, de transformação e autotransformação, que produz, por sua vez, um conjunto de símbolos e representações que configuram a consciência social de uma época, de um lugar. Neste processo, que se dá por meio de acúmulo de experiências, ao selecionar o que lhe foi favorável o ser humano transforma este resultado em idéias, imagens e lembranças, que nortearão seu vir-a-ser. (ARANHA; MARTINS, 1986). Neste trabalho de produção e reprodução da vida que se dá em uma cultura específica, surge a possibilidade da transcendência, no exercício de expressar e projetar outras vidas possíveis, contextualizada em uma determinada cultura com mapas de significados específicos, como diria Geertz (1995). O movimento de viver a tradição, romper parcialmente com ela e criar novas tradições “é dialético e existe uma interação complexa, recíproca, entre regras e grupo que as realiza em sua prática social pois se as regras vivem o grupo, o grupo também vive as regras”. (MATA,1990, p.49).

Na busca da ação consciente dos sujeitos não só no âmbito da economia como em diferentes espaços de ação política e cultural encontra-se o espaço da singularização e (re)significação em permanências e transformações. Se no processo de construção individual e coletiva da realidade social há uma tradição cultural que tende a ser seguida, emerge a pergunta: “como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou? ”. (IASI, 2002, p.13). Para este autor

a consciência da não-identidade com a ordem, a não-correspondência dos valores desta ordem com a realidade em constante movimento produzem a consciência como uma roupa que serve a quem tem frio. (...) A consciência é filha do movimento e das contradições e não da certezas, quaisquer que sejam. (idem, p.21).

A consciência social, resultado da continuidade da tradição estabelecida, é um espaço contraditório que requer a ação de um trabalho cultural e político que visibilize estas contradições e que contribua para as rupturas do padrão. A contradição sobre a qual irei trabalhar nesta reflexão será a (des)iguadeade *entre* mulheres decorrente da divisão sexual de trabalho na sociedade capitalista e que aparece como pauta secundária para setores do movimento feminista. Mais do que nunca, é necessário um processo de formação que dê respostas à insatisfação de homens e mulheres em nossa cultura, e que permita refletir o por quê da roupagem atual já não *aquecer* mais, retomando feminismos e novas propostas

de relações de gênero de forma radical. A idéia de formação pode se desdobrar em ações a serem produzidas no interior dos movimentos sociais, dos segmentos profissionais e instituições públicas e, ao mesmo tempo, inserir-se numa disputa pela contra-hegemonia junto aos meios de comunicação sobre os significados de gênero e de re-inserção dos feminismos (múltiplos) como luta política de homens e mulheres rumo a uma nova ordem não capitalista.

Por ser gênero ou relações de gênero categorias em formação, é necessário aqui definir meu ponto de referência. Partindo da concepção de que gênero é uma construção social e histórica sobre os significados de masculinidades e feminilidades, acrescento outros eixos distintivos, além da necessária vinculação à classe social. Penso que não se pode utilizar gênero como sinônimo de mulheres e homens. Há sujeitos e há significados. Não são, entretanto, significados neutros do ponto de vista do poder, visto expressarem desigualdades sociais entre seres humanos, sejam entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres. Neste sentido, pode-se dizer então, que relações de gênero implicam poder e hierarquia em todos os níveis e aqui falamos não apenas de poder em termos de classes sociais, mas todas as suas formas, raciais-étnicas, de orientação sexual e até em suas manifestações afetivas. Por outro lado, sempre que houver necessidade utilizarei a categoria *sexo(s)* no sentido descritivo de designar homens e mulheres como sujeitos e como integrantes de uma organização social a exemplo do uso de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres ou, como já foi dito acima, situar o feminismo como uma luta de homens e mulheres. Utilizarei *gênero(s)* como constructos simbólicos de feminilidades e masculinidades vistos em relação ou separadamente, e *relações de gênero* quando estiver me referindo a relações sociais mediadas pelos significados de gênero, quer sejam elas relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres ou homens e homens.

Ainda que os gêneros tenham sua origem concreta nas relações entre homens e mulheres e nos significados construídos historicamente, é claramente perceptível que, como dimensão simbólica, os gêneros possam ganhar vida própria e servir de referencial para as práticas sociais. Como um efeito de volta, descolados de sua matriz original, em combinações variadas e até insólitas, vêmo-los sendo utilizados nos meios de comunicação, nos espaços religiosos, nas normas estéticas, etc. Têm o poder instituinte de alterar a forma de agir dos seres humanos, instituindo em determinados meios práticas diferenciadas das realizadas por estes mesmos homens e mulheres em outros espaços de sua convivência, e a

rigor, só se realizam ao ser incorporados por sujeitos concretos ainda que não passivamente. Em ambos os casos, refletem as contradições de sua incorporação ou negação que em um processo dialético, que se refazem-se em novas significações.

Se falamos de gênero, podemos afirmar que as mudanças nas mulheres afetaram igualmente o mundo masculino, que passa, por sua vez, por um momento de indefinição e busca em que o “ser homem” ganha em multiplicidade e inquietude, em decorrência da explosão de feminilidades (ainda que nem sempre passíveis de realização) contra a prescrição de uma determinada feminilidade estereotipada e hoje questionada. Fruto deste movimento, criaram-se, inclusive, grupos de análise terapêutica psicodramática para que homens possam refletir sobre suas masculinidades. (CUSHNIR,1992) As novas configurações de gênero, em que não mais haveria uma dicotomia com um masculino universal em contraposição a um feminino também universal, mas vários arranjos possíveis nas relações de gênero conforme os contextos sócio-culturais em que estão inseridos viraram temas de pesquisa já incorporados à vida acadêmica, ainda que não tenham chegado aos movimentos sociais na mesma intensidade. (CONNEL, 1997)

Os arranjos de gênero, expressos em suas dimensões simbólicas e/ou relacionais, aparecem intrincados na tessitura das relações em diferentes espaços sociais (cotidianos ou não), como no trabalho, na família, na escola, nas ações levadas a termo pelo Estado, em organizações e movimentos sociais ou nas diferentes expressões da mídia. Penso que as contradições que promovem a mudança, quer sejam da ordem da economia ou da consciência social de uma época, se realizam quando ancoradas em possibilidades concretas de existência. Compartilho da visão marxista de que os problemas que a humanidade se coloca só estão postos porque refletem, de alguma forma, suas contradições e suas possibilidades de resolvê-lo, mas que esta resolução, por sua vez, não se realiza exatamente como um sujeito ou um grupo assim o quer, pois o resultado das ações provêm de um emaranhado de possibilidades históricas, inclusive casuais, que não são espelho da vontade de seus atores.(MARX;ENGELS,1979)

A transformação social, vista deste modo, é um resultado de ações em todos os níveis: se nos restringirmos apenas a mudanças estruturais não criaremos novas relações sociais porque o peso da cultura (ou o velho sob novas vestes, como diria Marx) pode fazer recuar propostas por mais avançadas que sejam. Ao contrário, se nos preocuparmos apenas com a informação ou o conhecimento sem relacioná-las com os aspectos estruturais e

econômicos da sociedade dificilmente conseguiremos criar um mundo novo. Tal pensamento hoje se expressa em muitos movimentos sociais como os zapatistas que vêem a cultura como parte integrante dos objetivos da política. Oportunamente faço minhas as palavras do subcomandante Marcos ao falar dos zapatistas, pois como sujeitos políticos devemos

ver e olhar mundos para os quais ainda não há palavras nos dicionários. Mas assim como vemos as coisas distantes como se estivessem atrás da esquina, vemos as coisas próximas imediatas com o repouso da distância e do tempo que criamos com a nossa própria geografia e com o nosso próprio calendário. (MARCOS, 2007).

## 2. DIALÉTICA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Mudanças parciais nas relações de gênero podem acontecer mesmo antes de rompimentos estruturais com a sociedade de classes terem se dado e podem agir como um dos fatores geradores de mudança estrutural, em um movimento contraditório de superações e recuos. Alexandra Kollontai reafirmava, no início do século passado, que “a experiência da história ensina que a elaboração da ideologia de um grupo social, e conseqüentemente da moral sexual, também se realiza durante o próprio processo de luta deste grupo contra forças sociais adversas” (apud ALAMBERT, 1986, p.69) e não deve ser adiado para depois. Por moral sexual ela entendia relações no âmbito do afeto, da sexualidade e da família. Esta autora, cujos principais escritos datam da década de 20 do século passado, conserva ainda intensa atualidade por pensar em mudanças nas relações entre homens e mulheres de sua época que articulassem a transformação do cotidiano às grandes transformações da sociedade.

Partilho com Alexandra Kollontai (1979) da idéia de que a consciência social possui também poder material de ampliar as contradições e questionar o presente. As alterações desestabilizadoras na organização social podem, por exemplo, se manifestar inicialmente em aspectos da sexualidade e amor, mas desembocar em novas formas de conjugalidade e educação de filhos, como é o caso das relações homossexuais. O desejo de sociabilidade e de sentir-se integrada em uma coletividade maior pode fazer com que mulheres das classes trabalhadoras trabalhem por salários muitas vezes não compensadores do ponto de vista econômico ou até exerçam trabalhos não remunerados. De modo semelhante, a decisão de separação devido à crítica às hierarquias nas relações de gênero levou muitas militantes dos

movimentos de mulheres da década de 80 a provocarem mudanças em suas vidas, mesmo em condições econômicas adversas. (CRUZ, 1996).

Em contrapartida a estes aspectos da ordem da subjetividade podemos falar de aspectos econômicos como a popularização da pílula a baixos custos e o significado desta tecnologia para aspectos subjetivos da sexualidade feminina. Por outro lado, em plena década de 80, enquanto trabalhadoras das fábricas lutavam por melhores salários em uma situação econômica de baixos salários, eu realizava oficinas com mães em creches, mulheres operárias mães solteiras ou separadas destes mesmos setores fabris que narravam a mim seus sonhos de arranjar um novo marido que as libertasse deste mesmo trabalho que as fazia acordar de madrugada para preparar a marmita e levar a criança na creche após o amanhecer. Ao discurso feminista de que o trabalho fora de casa seria a libertação da mulher estas operárias que levavam seus filhos em creches contrapunham a dura vida dentro da fábrica em São Bernardo do Campo à dupla jornada de trabalho de mães, revelada em diálogos travados durante as oficinas realizadas por mim em creches nesta cidade. Situação que pôde ser constatada mais de 15 anos depois em uma pesquisa efetuada na Grande São Paulo em 2002, na qual “entre as 12 mulheres entrevistadas, cinco referiam-se à forte relação entre ‘deixar de trabalhar’ e a maternidade, sendo que duas delas narraram o fato como uma decisão comum do casal” (SEGNINI, 2003, p.35) e com o objetivo de uma qualidade de vida melhor para a família. Ainda nesta pesquisa, as outras três explicitaram como motivo para cuidar exclusivamente da casa e família os baixos salários adquiridos no mercado de trabalho, nada compensadores, frisando que o trabalho doméstico e cuidado com filhos eram sua função. A divisão sexual de trabalho no capitalismo é uma base que leva as mulheres, durante a fase reprodutiva, a se verem como responsáveis pela disponibilidade afetiva conjugal e maternal e dificulta as condições de rompimento desta ideologia.

Ainda que se possa relativizar o peso do discurso conservador destas mulheres, menos pela maternidade e mais pelo trabalho doméstico, se o movimento feminista não se debruçar sobre os limites de muitas das propostas feministas para a tradição presente entre as mulheres das classes trabalhadoras corre o risco de andar em círculos, vítima de sua própria estratégia. Ainda que extensa trago aqui uma citação do antropólogo Gilberto Velho sobre a importância de se saber como se constroem as experiências:

É questão importante a verificar quando e como as diferentes tradições culturais de uma sociedade complexa podem ter como explicação a divisão social do trabalho.

As categorias sociais daí surgidas, quer em termos de sua posição em relação aos meios de produção (por exemplo, proletariado e burguesia), quer em termos estritamente ocupacionais (médicos, carpinteiros, advogados, empregadas domésticas, etc) e que tenham um mínimo de continuidade temporal, tendem a articular suas experiências comuns em torno de certas tradições e valores. O problema, mais uma vez, é verificar o peso relativo dessa experiência em confronto com outras como a identidade étnica, a origem regional, a crença religiosa, e a ideologia política. Uma questão interessante em antropologia é, justamente, a procura de localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas que vão ser utilizadas pelas pessoas nas suas interações cotidianas, num processo criativo ininterrupto havendo alguns mais eficazes e duradouros do que outros. (VELHO, 1987, p.6-7)

A tarefa que me proponho nesta reflexão é selecionar alguns aspectos da realidade em uma busca de alguns exemplos de experiências significativas e da constituição de suas fronteiras simbólicas na construção das relações de gênero. Para isso percorrerei alguns aspectos a partir das imagens de mulher na mídia, da vivência das mulheres de diferentes setores sociais na produção e reprodução da vida e de alguns espaços que homens e masculinidades passaram a ocupar/significar neste processo.

### **3. IGUALDADE ENTRE MULHERES?**

A mudança social nas relações de gênero parece difusa na ação de múltiplos sujeitos portadores de feminismos informais, mas constitui-se centralmente a partir da ação das diferentes correntes do movimento feminista, que em sua trajetória de avanços e recuos, em momentos de maior ou menor mobilização, têm servido de parâmetro crítico ao que a sociedade contemporânea oferece como modelos de feminilidades disponíveis mas nem sempre coerentes com as propostas feministas, parte resultado das dificuldades que as próprias militantes feministas de setores médios têm de lidar com a diferença entre mulheres. Como ressalta Sueli Costa (2002) persiste a distância entre mulheres na divisão sexual do trabalho, com mulheres das classes trabalhadoras garantindo às mulheres de outros segmentos o acesso aos direitos sociais. Tal olhar deriva da dicotomia tanto dos movimentos sociais como dos estudos feministas de analisar em separado aspectos do cotidiano/intimidade de outros aspectos presentes na organização econômica do trabalho na família e fora dela.

#### **3.1 O (DES)IGUAL ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO**

O que os historiadores e os sociólogos do presente têm a dizer sobre a relação entre mercado de trabalho e maternidade? Aonde nos leva o desenvolvimento econômico vigente na primeira década do século XXI? Segundo diferentes estudos a maternidade para as mulheres pobres continua sendo um fator limitante para sua inserção no mercado de trabalho e as mulheres vivenciam

um paradoxo: os aspectos do processo de desenvolvimento que aumentam sua independência econômica enquanto indivíduos (desenvolvimento da educação e do emprego assalariado) tendem, ao mesmo tempo, a aumentar sua vulnerabilidade econômica enquanto mães. (FOLBRE apud HIRATA, p.22, 2003).

Encontramos aqui a contradição básica do capital, que se abstém de sua responsabilidade na reprodução da vida e a atribui à família, sobrecarregando as mulheres trabalhadoras na reprodução da força de trabalho como se esta fosse de interesse exclusivo das relações familiares e não imprescindível à reprodução do próprio capital.

Os dados são assustadores:

o desenvolvimento do que se chama “feminização da pobreza” encontra uma parte da explicação no aumento extraordinário do trabalho em tempo parcial – e com salário parcial – que passa de 17,2% das trabalhadoras, em 1980, para 31,7% em 1999. Em 1997, 77% dos empregos com baixos salários eram empregos de tempo parcial. Também fazem parte dos *working poors*, na Europa, as chefes de família das denominadas “famílias monoparentais”, que atualmente constituem 14% dos domicílios (sete milhões de famílias) na União Européia (...) essa categoria de mulheres forma contingentes importantes de trabalhadoras em tempo parcial nos países europeus e emerge como um dos pólos de inserção profissional feminina particularmente vulnerável. (HIRATA, 2003, p.23)

Embora a situação seja alarmante no mundo todo ainda vivenciamos uma dualidade salarial entre trabalhadoras pelo viés geográfico político, como na pesquisa de Helena Hirata de que “uma digitadora nas Caraíbas podia receber uma remuneração seis vezes menor que sua homóloga norte-americana”. (HIRATA, 2002, p.21).

De acordo com os dados de FIBGE e PNADS a desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil persiste: em 1998 na faixa salarial até 1 sm homens havia 18,4% de homens para 25,8% de mulheres. Na faixa de 1 a 2 sm são iguais. Na faixa de 2 a 5 sm a diferença aumenta: 29,7% para homens e 21,3% para mulheres. Quando passamos para a faixa de mais de 5 sm a diferença aumenta para o dobro: 19,6% para homens e 11,0% para mulheres. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001-2002). Ao falarmos das relações raciais/étnicas/sexuais podemos ver que “na região de São Paulo, 51% dos homens brancos



ganhavam mais de 5 sm, 34% das mulheres brancas e apenas 28% dos homens negros e 10% das mulheres negras” (BRUSCHINI apud NOGUEIRA, 2004, p.74) situação muito próxima à de Salvador, Bahia, embora nesta cidade se tenha a presença de 85% de população negra. Uma outra tendência que destaco nestes estudos é a criação de uma bipolarização entre as mulheres assalariadas mesmo *dentro* dos países desenvolvidos, como é o caso da França, onde um grande contingente de mulheres vivem com trabalhos não-qualificados, precários e de baixa remuneração e um pequeno grupo de mulheres pertencentes ao que as autoras designam como gerências e profissões intelectuais superiores, compõem cerca de 10% da força de trabalho com salários elevados atuando como engenheiras, arquitetas, médicas, juízas, gerentes, advogadas, entre outras.

Falemos um pouco sobre a divisão sexual do trabalho para as mulheres no campo. Na América Latina as situações de titulação da propriedade fundiária estão sendo questionadas e direcionando políticas de equidade social, mas no Brasil a situação está longe de ser razoável porque, “embora a distribuição e a titulação conjunta(s) sejam agora [em 2001] uma possibilidade legal, o fato de que sejam uma opção ao invés de uma obrigação significa que elas simplesmente não foram implementadas.” (DEERE, 2004, p.194) De acordo com esta autora podia-se verificar que havia no Brasil de 1990 apenas 12,6% de distribuição para mulheres beneficiárias conjunta enquanto que na Colômbia este dado chegava a 45%, visto ser a titulação conjunta obrigatória neste país. O caso se agrava quando as mulheres chefes de família (até viúvas) requerem a titulação, mas lhes é exigido que a titulação se destine ao filho homem, mesmo que ele seja menor. A invisibilidade social ainda é fato: um conjunto de dados de 1996 revela que há 12,2% de mulheres chefes de família rurais, mas recenseadas para fins de titulação apenas 5,2%.

A precariedade entre as trabalhadoras do Brasil, que chega a 36% das mulheres, é alarmante e três vezes superior à masculina, o que se deve à necessidade das mulheres ainda responderem pela esfera da reprodução e conciliarem ambos os trabalhos. (NOGUEIRA, 2004). Os empregos têm crescido para este setor mas destinam-se em larga medida em trabalhos domésticos remunerados, inclusive trabalhos para cuidar de crianças e de pessoas idosas. Sabe-se que estes trabalhos, em geral mal pagos, e que estão em fase de crescimento no Brasil e no mundo, tendem a desvalorizar ainda mais o status da força de trabalho feminina. Apesar de não querer adentrar aqui na polêmica sobre a aposentadoria da dona de casa no Brasil (LAVINAS, 2005), por ser um aprofundamento em uma temática

que escapa aos objetivos deste ensaio, lembro que setores do movimento feminista têm tentado construir políticas que visem oferecer esta aposentadoria de um salário mínimo às mulheres acima de 60 anos com renda familiar de até dois salários mínimos e que não tiveram contribuição previdenciária ao longo de sua vida. A não consideração da maternidade e trabalho doméstico como responsabilidade social faz com que mulheres trabalhadoras combinem, particularmente até que os filhos cresçam, formas de trabalho complementares e/ou precárias, que associadas aos outros usos do capital sobre as relações de gênero, definirão de modo permanente sua forma de inserção desigual no mercado de trabalho. A disjunção entre maternidade e trabalho feminino fora de casa é resolvida econômica e culturalmente por uma instituição largamente difundida, como a transferência da maternidade e da justificativa ideológica para a manutenção deste trabalho feminino, em que pese todo o discurso para as mulheres de setores médios sobre sua realização profissional e relaciona-se também à história do movimento feminista.

### 3.2 SOBRE A BASE (DES) IGUAL DA MATERNIDADE TRANSFERIDA

A (des)igualdade entre mulheres vista hoje em uma inserção com maior qualidade no mundo profissional para as mulheres de setores médios deve-se, a meu ver, à organização capitalista, mas é também decorrente das lutas travadas historicamente pelas mulheres. No final do século XIX e século XX, parte considerável dos movimentos feministas no Brasil nasceu ou se vinculou às mulheres de setores médios, o que definiu em larga medida o caráter de luta por direitos, em “uma pauta de lutas sociais por igualdade em relação aos homens, contidos nos marcos de uma dada igualdade: a das mulheres para com homens da mesma posição social”. (COSTA, 2004, p.28). O capitalismo incorporou mudanças e absorveu as mulheres no mercado de trabalho desde que se mantivesse o padrão de maternidade privada, com resultados bem desastrosos para as mulheres trabalhadoras. Outras lutas, ainda que parciais no Brasil, mas das quais qual ficaram alguns registros históricos, referem-se às trabalhadoras fabris e algumas professoras e escritoras que se solidarizavam a elas, quando apontavam os limites do direito ao voto, à escolarização e questionavam a divisão sexual do trabalho e a exploração das mulheres no movimento operário, enfrentando, inclusive, a resistência de militantes homens de esquerda. Para as mulheres dos setores médios a realização dos direitos passava pela conquista de um tempo para si mesmas via transferência do exercício da maternidade a partir de seus recursos econômicos. Para as

mulheres trabalhadoras a alternativa era (como ainda é) a constituição de redes de sociabilidade que extrapolassem o núcleo marido-esposa-filhos (ou mãe-filhos) e ajudassem a minimizar a ausência de suportes sociais à maternidade garantindo a sobrevivência familiar.

Cabe esclarecer o significado do conceito de maternidade transferida, a meu ver instrumento teórico imprescindível para se pensar o presente e o futuro da interseção gênero e classe:

Mulheres mais e menos abastadas vincularam-se a milhares de mulheres mais e menos pobres aplicadas ao trato de suas casas, através de infundáveis tarefas e de um grande número de compensações recíprocas. A saída para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens, ou para a mera permanência no ócio, através da maternidade transferida de umas para outras mulheres, marca seguidos pactos (e guerras) domésticos. Só o cuidadoso preparo dessa transferência de responsabilidades e de afetos no interior da vida doméstica podia impedir o risco de caos na vida familiar. Dados sobre a regulação do tempo doméstico, o controle da concepção e os sistemas protecionistas, quando correlacionados, mostram as muitas faces da luta feminista diante destes dilemas existenciais. (COSTA, 2002, p.308)

Podemos ver no Brasil de fins de século XIX formas mais precárias de maternidade transferida por meio da circulação de crianças maiores, quando já podiam efetuar alguma forma de trabalho remunerado, e que eram transferidas para casa de parentes ou pessoas com quem desenvolviam relações de consanguinidade, de compadrio e/ou de melhor poder aquisitivo. (AREND, 2001)

Situações que se transformaram, mas que persistem sob novas vestes. Cláudia Fonseca (2006) encontrou, na década de 80 em Porto Alegre, a circulação de crianças entre parentes e eventualmente entre vizinhos em função de necessidades econômicas de mães e pais, de estreitamento de laços afetivos e trocas futuras ou até de necessidades afetivas de outras pessoas da família. Por circulação de crianças esta autora define a “transferência de uma criança entre uma família e outra, seja sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita.” (FONSECA, 2006, p.13) Em observação junto a atividades de formação com estudantes de arquitetura em 2007 pude verificar, em ocupações recentes na região de Florianópolis na localidade designada Poção (inserida no bairro Córrego Grande), um conjunto de famílias nordestinas pobres, cujas redes de sociabilidade são construídas a partir de casas vizinhas e parentais com crianças morando com os avós, porque seus pais não têm onde deixá-las ao saírem para o trabalho. Na realidade, é como se as crianças

iniciassem circulando entre as duas moradias, mas acabassem se fixando com aqueles com quem passam a maior parte do tempo, os avós. Elizabeth Jelin argumenta que, “más que una forma de allegamiento, es común en barrios populares compartir el terreno entre parientes, en unidades de vivienda relativamente independientes, pero con una cotidianidad compartida”. (JELIN, 1995, p.405). Em outra pesquisa com mulheres pobres, em situação de desemprego ou trabalhos informais o morar próximo aos familiares em precárias moradias foi também a alternativa encontrada para a sobrevivência de muitas delas. (SEGNINI, 2003)

No meio de permanências da maternidade transferida podemos ver como as masculinidades se constituem de formas múltiplas e contraditórias, como no estudo de Maria Juracy Siqueira (2000). Em uma região de Florianópolis, ao estudar crianças de uma pré-escola, esta pesquisadora identificou um grupo de seis famílias cujos pais estavam desempregados e que preferiam realizar o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos a circularem pelos bares da região como os demais desempregados faziam, recebendo inclusive a hostilidade deles. Ao realizar um estudo de caso com um deles a autora percebeu que havia concepções contraditórias de masculinidade: enquanto representação de feminilidade este marido ainda atribuía às mulheres o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, mas em função de sua esposa conseguir salários melhores do que ele e haver a necessidade de alguém realizar este trabalho, mesmo sendo considerado por ele feminino, tal marido o fazia sem problemas visando garantir a organização familiar e a qualidade de vida para seus seis filhos. Reflexo de suas contradições, contava no trabalho da casa com a ajuda das crianças de ambos os sexos, mas na medida em que as filhas mais velhas cresciam ele se preparava para abandonar o posto e atribuir-lhes as tarefas. Apesar de, naquele momento, defender que as decisões domésticas deveriam ser conjuntas e que as donas de casa deveriam ganhar salário por este trabalho, argumentando que era muito difícil e penoso e ainda discutir com os homens da vizinhança chamando-os de mandriões (preguiçosos), este homem se preparava para deixá-lo. A ruptura temporária do padrão justificava-se pela necessidade concreta de sobrevivência familiar e não significava uma mudança permanente de paradigmas de um tipo de masculinidade hierárquica. Em outras referências culturais este homem defendia a necessidade masculina de estar com mais de uma mulher ao mesmo tempo e impedia sua filha de brincar com “coisas de meninos”. Em defesa da manutenção dos ideais da família burguesa de amor, paternidade responsável e de proteção da família em relação ao meio circundante o pai/marido rompia com outros

princípios da família burguesa como a rígida divisão sexual do trabalho e o poder de decisão centrado em suas mãos. Histórias pessoais como essas inseridas em pautas sociais históricas mesclam-se na construção da consciência em masculinidades e feminilidades múltiplas e contraditórias e por isso dinâmicas. (SIQUEIRA, 2000).

A meu ver, penso que um movimento de construção de novos valores necessita aproveitar estas contradições como um terreno fértil para a vivência de um processo cultural de transformação, porque sem a articulação com uma reflexão cultural e política que a problematize os sujeitos tendem a voltar aos mecanismos básicos da tradição. Ao ministrar cursos de formação feminista para homens e mulheres atuantes dos movimentos sindicais e populares em diferentes pontos do Brasil desde 1995 ouço, com frequência, relatos de homens que partilham o cuidado com os filhos, em uma nova simetria nas relações amorosas. Simetria que se busca também, ainda que em menor escala, no trabalho doméstico, mas o fazem, não raro, de modo camuflado como em situações relatadas que beiram ao cômico como no ato de cerrar cortinas e janelas durante estas ações devido à forte crítica social caso sejam “descobertos”. Claro que os homens que procuram estes cursos, em média um terço dos participantes, já situam-se em um ponto de reflexão crítica sobre a hierarquia masculina e não podem ser parâmetros da sociedade como um todo, mas de qualquer modo expressam a visão de mundo de um segmento de ativistas de outros movimentos que não o feminista que os torna referências a serem levadas em consideração. Atividades educativas informais poderiam trabalhar estas contradições em direção à uma coerência com as propostas feministas de crítica a quaisquer bipolarizações/hierarquizações de feminino-masculino ainda existentes.

As novas experiências descritas nestes exemplos ainda ocupam, no entanto, um espaço minoritário nas vivências familiares e de divisão social do trabalho, sobrecarregando as mulheres trabalhadoras. No Brasil as desigualdades entre mulheres de diferentes setores sociais, regra geral, são ocultadas e reforçadas em

práticas de longa duração histórica que reafirmam a maternidade transferida, forma de as mulheres atribuírem-se mútuas responsabilidades, legitimadas nas lutas feministas. Essa transferência atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais, próprias das relações de poder e subordinação que presidem a montagem dos sistemas protecionistas. (COSTA, 2002, p.303-304).

O impacto para o feminismo desta desigualdade entre mulheres pode explicar em parte o surgimento de feminismos informais e expressos em ações individualistas, principalmente em mulheres de setores médios que não se dizem feministas mas agem no plano dos direitos em patamares de (quase) igualdade social com os homens de seu próprio segmento. De modo contraditório, esta igualdade interna a um segmento social de homens e mulheres influenciará imaginários de relações familiares mais igualitárias e condições de transferência da divisão sexual do trabalho na família para outras mulheres, mesmo sob o assalariamento destas. O forte investimento da mídia nas mulheres de setores médios é, certamente, uma das barreiras para a difusão do feminismo para TODAS as mulheres, havendo até quem defenda, ilusoriamente, que vivenciamos hoje um tipo de pós-feminismo e novas formas de família, antes mesmo das propostas feministas terem se concretizado universalmente.

### 3.3 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: O PRESENTE SOMBRIO DAS CHEFES DE FAMÍLIA TRABALHADORAS

Talvez seja necessário falar em família sob um outro ângulo, em função de discursos tão em voga em alguns estudos sobre população e consumo. Diz-se que um fenômeno do futuro, que já se verifica em pequena escala, pode ser percebido no aumento numérico de famílias monoparentais, ou mesmo de pessoas solitárias, na medida em que aumentam as separações entre casais e vivências solitárias após o crescimento dos filhos. Os dados apresentam, novamente, um recorte de classe e reafirmam a (des)igualdade entre mulheres. Sobre esta problemática Elizabeth Jelin, uma estudiosa da família, nos recorda que

Tradicionalmente, el- o más a menudo la anciano/a viudo/a convivía con alguno de sus hijas/os y su familia de precreación, en hogares de três generaciones. Crecientemente, este patrón de allegamiento es reemplazado por otras formas: la pareja de ancianos, los hogares unipersonales, y los hogares “no nucleares” (hermanas ancianas viviendo juntas, por ejemplo). El aumento en el número de hogares unipersonales en zonas urbanas responde en parte a este proceso de envejecimiento poblacional, y puede preverse su contínuo aumento en el futuro. (JELIN, 1995, p.405).

No entanto, esta mesma autora esclarece que tal situação ocorre de modo diverso para setores sociais distintos e que esta outra faceta da considerada evolução das relações amorosas baseadas no amor romântico e não mais no “até que a morte os separe” também reflete outra (des)igualdade entre mulheres. A pré-visualização de uma possível

transformação em chefe de família e da dura vida que as aguarda faz com que mulheres trabalhadoras adiem decisões de separação, mesmo quando são alvo de violência doméstica. Não nego aqui que muitas mulheres decidam se separar *apesar* da difícil situação econômica e que homens também a solicitem, ambos à procura de satisfação nas relações amorosas. As estatísticas, inclusive, demonstram que são as mulheres, em sua maioria, que solicitam a separação. Ao vivenciar uma identidade em que o outro masculino é cada vez menos determinante para sua auto-estima as mulheres são as primeiras a detectarem a perda da qualidade das relações amorosas e a decidir pelo seu término. Tais atitudes devem ser atribuídas, sem dúvida, a um processo de consciência de individualização e busca de autonomia financeira a partir da crítica as relações de gênero vivenciadas no cotidiano na família.

Apenas afirmo que, se a separação se dá por infinitos motivos (do âmbito do desejo/afeto, da economia até a novas posturas da mulher em relação à hierarquia doméstica), de modo geral seu resultado é o que chamamos hoje de feminização da pobreza, que se constitui como uma organização familiar de mulher e filhos, às vezes decorrente do abandono do homem pressionado por uma situação de emprego instável. Independente das motivações que provocam a separação as condições estruturais que as mulheres encontram na vida de chefes de família não são nada animadoras. Um mercado de trabalho hostil para mulheres com baixa qualificação, um número insuficiente de equipamentos de educação infantil, um serviço de saúde precário e relações amorosas instáveis só agravam o grau de solidão da dupla jornada de trabalho a que são submetidas. Os estudos têm demonstrado que as separações têm levado com mais frequência a uniões temporárias e em menor grau a novas uniões duradouras ou mesmo à recusa a novas uniões que envolvam a co-habitação. O resultado deste processo complexo é que as mulheres das classes trabalhadoras indiretamente são punidas socialmente pela decisão da separação, já que as condições sociais de suporte em forma de políticas públicas não existem ou são muito precárias, exceção feita à legislação sobre pensões mas muitas vezes sabtada pelo ocultamento dos salários paternos ou estratégias de trabalhos não registrados intencionalmente vivenciados para evitar descontos em folhas salariais.

Culturalmente podemos dizer que no Brasil houve, em raros momentos, tentativas de alteração do modelo familista de trabalho doméstico como nas iniciativas de lavagem de roupas em recintos públicos ou em lavanderias coletivas, propostas às vezes retomadas pelo

movimento feminista, a exemplo de Santo André na década de 90. (CALIÓ, 1992). Na realidade brasileira permanece a lavagem de roupa como trabalho doméstico isolado, diferente do incremento das lavanderias coletivas nos países industrialmente avançados. Apesar de ter havido também experiências de restaurantes patrocinados pela Previdência Social para trabalhadores próximos de seus locais de trabalho, estes não se consolidaram permanecendo a idéia da refeição feita em casa e levada ao trabalho, popularmente chamada de marmita ou quentinha. (COSTA, 2002). A ideologia familista, presente na cultura brasileira, reforça a privatização dos serviços domésticos e implica no predomínio da divisão sexual do trabalho na família e, ao mesmo tempo, no direcionamento de mulheres das classes trabalhadoras para este serviço de forma remunerada mas sub-valorada. Fatores culturais como a importância da mãe na educação de filhos de modo privado ou na afetividade destinada ao cuidado com roupas e alimentação somam-se ao modelo privatista do capital que usufrui dos padrões reprodutivos para direcionar as mulheres para os trabalhos domésticos remunerados (ainda forte segundo os dados do censo brasileiro de 2000) e insiste em ignorar os custos com a esfera reprodutiva nos valores destinados ao pagamento dos assalariados. A legislação de creches, que prevê o seu oferecimento a empresas com mais de trinta (30) mulheres, além do viés sexista de que os filhos são apenas das mães e não também dos pais, sequer sofre a necessária fiscalização para serem obrigatoriamente aplicadas, quando não se convertem em pequenos repasses financeiros que são insuficientes para uma educação de qualidade.

Penso que o feminismo necessita resgatar a força da crítica à privatização da maternidade e do trabalho doméstico. A idéia de que a maternidade é de responsabilidade social, que filhos são de pais e mães mas o cuidado com eles deve ser da sociedade, era uma questão cara à uma militante do início do século XX e esquecida entre nós como Alexandra Kollontai. Para ela

(...) En la sociedad burguesa, el antagonismo de clases, la fragmentacion de la sociedad en células familiares privadas y, naturalmente, también el modo de producción capitalista impiden plantear el problema de la protección maternal en estos términos. (...) La maternidad ha dejado pues de ser en nuestro país un asunto privado, familiar; la función materna es una función importante aunque complementaria, pero es, sobre todo, una función social de la mujer. (...) pero si queremos dar a las mujeres la posibilidad de participar en la producción, la colectividad debe descargarlas de la pesada carga vinculada a la maternidad y evitar así la explotación de esta función natural por la sociedad. Trabajo y maternidad son compatibles a partir del momento en que la educación de los hijos deja de ser una



tarea familiar privada para convertirse en una institución social, en asunto de estado. (KOLLONTAI, 1979, P.243-245).

Em 1920, sob a direção de Alexandra Kollontai, muitas foram as transformações para homens e mulheres na nova URSS. Naquele país criaram-se cantinas públicas; para a moradia foram construídas casas comunitárias com cozinha e lavanderia comum; na área de saúde da mulher o aborto foi permitido e criadas as casas maternais destinadas às mulheres solteiras para ali ficarem nos últimos meses antes da gravidez e nos primeiros meses após o parto (direito depois estendido às mulheres casadas devido à forte procura). Acrescente-se ainda que o casamento se transformou em união livre e o divórcio foi aprovado e na área da educação foram criados os círculos infantis como direito das crianças, como forma de liberar todos os adultos, homens e mulheres, para o trabalho social. Ainda que nem todas estas propostas tenham tido continuidade, após o período de burocratização e retorno da ideologia familista desenvolvida nos períodos subsequentes do socialismo soviético, muitas das propostas aqui citadas podem indicar caminhos para a crítica da família burguesa e da divisão sexual do trabalho.

Perceber como a esfera da reprodução, insistentemente vista como vida privada, se une à esferas da produção, ambas integradas na produção da vida em seu sentido mais amplo, é ainda uma tarefa que os movimentos feministas necessitam focar com mais intensidade. A questão dos direitos sociais, quando contraposta à existência das diferentes classe sociais, reduz-se a direitos individuais e explicita outra dimensão: de que há um desigual acesso aos direitos e de que a luta é mais além... Reconhecer e visibilizar que a maternidade e o trabalho doméstico é uma necessidade e responsabilidade social e que por isso não devem recair sobre um núcleo privado como a família ou pior ainda, sobre apenas um dos sexos, é condição básica para novas elaborações e estratégias.

#### **4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Como vimos, a sociedade produz, diariamente, os gêneros e exige, de seus integrantes, a adequação a estes atributos e relações. Alguns autores atribuem a esta ação que o conjunto da sociedade produz em relação ao gênero a expressão “gender work”, que se dá

en virtud de las múltiples identidades de los individuos y de las formas complejas en que todos encarnamos tanto el poder como su carencia – como resultado de la interacción entre nuestro sexo, raza, clase, orientación sexual, etnia, religión, capacidades intelectuales y físicas y la simple suerte-, el gender work no es un proceso lineal. (KAUFMAN, 1997, p.69).

Sendo este processo ativo e contraditório que cria e recria os gêneros, enquanto significados e as relações de gêneros, cabe analisar as interações e se pensar caminhos que reforcem e aprofundem as contradições rumo a um princípio maior, meta futura mas não por isso ausente do horizonte presente de cada dia, de sonhar com o fim das hierarquias humanas em todos os níveis.

Tal produção se dá por meio dos sentidos que se atribui à vida familiar e amorosa, nas definições de políticas públicas populacionais, de previdência social ou do tipo de habitação que se financia. Se dá ainda nos mecanismos jurídicos, nos espaços educacionais, nos serviços de atendimento à saúde ou da política sobre os meios de comunicação. Se dá, por fim, **espaço a meu ver prioritário**, na mediação que grupos e organizações (culturais, políticas, profissionais) constroem de modo consciente e estratégico entre níveis culturais e econômicos (em sentido estrito) permitindo que haja uma reflexão sobre as atribuições de sentidos e critérios de ação para homens e mulheres em busca de uma nova organização sem classes sociais.

Como foi exposto até agora, a situação de divisão social e sexual do trabalho tem impossibilitado o avanço das propostas feministas para todas as mulheres. A rígida separação entre esfera da reprodução e esfera da produção, com todas as desigualdades que implica, tanto entre homens e mulheres, como de mulheres entre si baseia-se em uma determinada organização social centrada em classes sociais, cuja finalidade está longe dos interesses sociais e coletivos de uma qualidade de vida que se pretenda, minimamente, humana. Partilho das palavras de um filósofo contemporâneo, quando afirma que

dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no 'macrocosmo' abrangente da sociedade e igualmente no 'microcosmo' da família nuclear. No fundo, esta não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhes são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital, que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores. Este autoritarismo não é mera questão de relacionamentos pessoais mais ou menos hierárquicos entre os membros de famílias específicas. Mais do que isso, diz respeito ao imperativo absoluto de proporcionar o que se espera do tipo de família historicamente evoluído, imposto

pela indispensável subordinação do 'microcosmo' específico de reprodução às exigências tirânicas de todo o processo reprodutivo. (MESZÁROS, 2002, p.271).

Se parto desta premissa como instrumental e referência de análise consigo ver alguma possibilidade de se efetuar ações anteriores a qualquer mudança radical da sociedade? Evidentemente. Grandes mudanças históricas são criadas em processos um tanto longos e o que importa, de fato, é que as ações do presente não signifiquem armadilhas para o futuro, sendo por isso a coerência um princípio necessário a todos que pretendam ser sujeitos na história. Em tal contexto quais as alternativas? Como foi dito em diferentes exemplos anteriores, as mudanças nas relações de gênero implicam em processos contraditórios de consciência de avanços e recuos, sendo a (des)igualdade entre mulheres um ponto frágil a ser trabalhado. O movimento feminista vem tentando, com a Marcha Mundial de Mulheres, trazer à luz este panorama dos países endividados e da “mulher chefe de família”, pobre, com filhos, muitas vezes negra, com acesso precário a políticas de emprego, de saúde, de habitação e não raro, submetidas à violência e instabilidade emocional nas relações de gênero. Movimentos de mulheres camponesas também o vêm tentando. Movimentos por creches ou aposentadoria às mulheres idosas e pobres denunciam as desigualdades. São estas as mulheres que apontam a necessidade de articulação entre gênero e classe. São estas as mulheres que tornam visíveis os limites da sociedade capitalista, com suas alternativas individuais.

Certamente, a luta por políticas compensatórias pode fazer com que se mobilize mulheres e homens e nos ajudem a pensar/exercitar propostas estruturais e culturais para novas relações de gênero sem simetria em todos os níveis. Cabe perguntar, no momento, quais os significados de gênero estão embutidos nas políticas sobre reforma agrária, habitação, trabalhista ou na área do direito. Até que ponto focamos o cerne das questões tecendo os fios que integram os diferentes trabalhos necessários à produção da vida?

Neste processo, a ação dos homens pode crescer em importância se queremos uma mudança nas relações de gênero. Claro que alguns homens ao serem desafiados em seus espaços de poder e no monopólio do mundo do trabalho fora de casa promovem movimentos reacionários de homens. Mas há (como sempre houve) homens que podem aderir ao feminismo como um instrumental de construção de um novo ser humano e as feministas devem romper com preconceitos arraigados, como o que vi ao ser palestrante no

Encontro Nacional Feminista realizado em Porto Alegre em novembro de 2003, no qual os homens, para meu espanto, foram proibidos de entrar.

Michael Kauffman (1997), ao descrever suas experiências em oficinas para discussão sobre o tema em escolas, locais de trabalho e universidades nos EUA, argumentou que os homens já estão de acordo com muitas das demandas femininas, mas que persiste um sério problema na distância entre as idéias aceitas e o comportamento masculino que leva este autor a refletir sobre a necessidade de se pensar a formação e a organização feminista de homens. O embate destes homens também tem se dado no próprio movimento feminista, dentro do qual ainda persistem correntes que negam a necessidade de políticas de formação destinadas aos homens.

Cabe a reflexão sobre como permitir que este momento de crise e transição possa ser problematizado em ações culturais pelos movimentos, tanto em ações de crítica às hierarquias sociais vigentes que são as causadoras destes problemas estruturais e limitantes às potencialidades humanas rumo à ampliação do conceito de família para uma coletividade maior, para “promover y apoyar la gestación de espacios alternativos de sociabilidad, de organizaciones intermedias alternativas o complementarias, que promuevan el reconocimiento mutuo y la participación democrática.” (JELIN, 1995, p.413) A crítica à maternidade transferida como geradora de desigualdades e da maternidade e trabalho doméstico como responsabilidade social podem nos ajudar neste processo. Sugiro a reflexão sobre como (re)significar as práticas organizativas feministas para apontar, além das ações políticas de reivindicação e da importância de se enfatizar ações formativas que contribuam para o resgate de uma ofensiva cultural sobre os significados do(s) feminismo(s) para todas as mulheres e homens. Aqui falamos da construção de sentidos de gênero e da vivência de relações de gêneros que promovam rupturas em fronteiras já estabelecidas não só entre mulheres e homens, mas de mulheres entre si, de homens entre si. A preocupação com a formação cultural e política realizada simultaneamente à organização dos movimentos e de alterações nas políticas sociais e culturais um elo necessário. A criação de espaços coletivos de atuação e formação dos homens feministas, ainda em fase inicial, pode contribuir para uma aceleração nas mudanças culturais. Está provado que as saídas individuais para a superação do antagonismo presente na divisão sexual do trabalho só farão perpetuar a (des)igualdade entre mulheres e todas as demais desigualdades humanas.

## 5. REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. & MARTINS, M. H.P. **Filosofando**: Introdução a Filosofia. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.
- AREND, Sílvia M.F. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, M.R. Instruídas e Trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX, **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n.17-18, 2001-2002.
- CALIÓ, Sônia Alves; LOPES, Maria Margarida. **Mulher e espaço urbano**. Assessoria dos direitos da Mulher, Prefeitura Municipal de Santo André: 1992.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**. v.12, número especial, p.23-26, set-dez, 2004.
- Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.2, jul-dez, p.301-324, 2002.
- CRUZ, Tânia. **O olhar do espelho**. Práticas Feministas em São Bernardo do Campo. (dissertação) UNICAMP, Campinas, 1996.
- CONNELL, Robert W. La organizacion social de la masculinidad. In: **MASCULINIDAD/ES Poder y Crisis**. VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José (eds) Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres nº24, p.31-48, 1997.
- CUSCHNIR, Luiz. **Masculino/Feminino**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v.12, número especial, p.175-204, set-dez, 2004.
- GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de Homem. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- JELIN, Elizabeth. Família y Gênero: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, p.394-413, 1995.
- HIRATA, Helena. Por quem os sinos doam? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMILIO, Marli et al (orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v.3, p.15-30, 2003.
- IASI, Mauro Luis. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Editora Viramundo, 2002.
- KAUFMAN, Michael. Las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: **MASCULINIDAD/ES Poder y Crisis**. VALDES, Teresa; OLAVARRIA, José (eds) Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres nº24, p.63-81, 1997.
- LAVINAS, Lena. Direito Previdenciário para donas de casa *versus* universalidade da proteção social no Brasil. Articulação de mulheres brasileiras – uma articulação feminista anti-racista. Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos. [www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/CONtextos\\_126.pdf](http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/CONtextos_126.pdf)
- KOLLONTAI, Alexandra. **Sobre la liberación de la mujer**. Seminário de Leningrado de 1921. Espanha: Editorial Fontamara, 1979.
- MARCOS, Subcomandante. Intervenção. Duas políticas e uma ética. México, auditório da Cidade Universidade da UNAM. 08/06/2007. Lista do Fórum Nacional de Monitores - Aroeira. <http://www.wsws.org/pt/2007/may2007/port-m10.shtml>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Livraria Editoria Ciências Humanas Ltda, 2ª ed., São Paulo:1979

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boi tempo, 2002.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP:Autores Associados, 2004.

SEGNINI, Liliana R.P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMILIO, Marli et al (orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, v.3, p.31-54, 2003.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A constituição da identidade masculina: homens das classes populares em Florianópolis, In: **Masculino, Feminino, Plural- Gênero na interdisciplinaridade**. PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar.(orgs) Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, p.209-228, 2000.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.